

Promoção da ecoliteracia – virtualidades e limitações em textos para a infância

Rui Ramos
Instituto de Estudos da Criança
Centro de Estudos da Criança
Universidade do Minho

Resumo

O presente texto pretende desenvolver uma breve reflexão e apontar alguns exemplos objectivos da concretização de estratégias discursivas / textuais promotoras (ou não) do que vem sendo definido como “ecoliteracia” (Capra, 2002), ou o ensino do pensamento ecológico a crianças e adultos, em textos destinados a crianças.

Assume como conceito-base o “construtivismo linguístico” (Halliday, 2001 (1990)), ou a concepção da língua como sistema modelizante primário (Fonseca, 1992 (1987)), para identificar e explicar a operacionalização das referidas estratégias.

Uma das linhas de desenvolvimento discursivo / textual a apontar sucintamente nos materiais seleccionados será a que dá corpo à problemática da conceptualização dos fenómenos do real como processos ou como estados, com as implicações que tal visão activa. Outra abordará condensadamente a problemática da agência, nomeadamente nas implicações que envolvem a construção discursiva de estados de coisas tendencialmente antropocêntricos ou tendencialmente ecocêntricos.

Palavras-chave: linguística, análise do discurso, ecoliteracia, agente

This paper will present a short reflection focusing on the implementation of discursive / textual strategies which promote what has been defined as “ecoliteracy” (Capra, 2002), or the teaching of ecological thought to children and adults, through texts designed for children.

The basic concept is “linguistic constructivism” (Halliday, 2001 (1990)), or what Fonseca (1992 (1987)) calls language as a primary modelling system, in order to identify and explain how these strategies operate.

There will be a brief discussion on the discursive / textual development of the selected materials. This will include real phenomena as processes or states with the implications these bring. Consideration will also be given to agency, namely the implications involved in the construction of discourse about the state of things which are either anthropocentric or ecocentric.

Keywords: linguistics, discourse analysis, ecoliteracy, agent

1. Muitos são os objectivos específicos reclamados pelo processo de ensino-aprendizagem activado pelo sistema escolar. Mas um macro-objectivo, transversal a todo o processo, que percorre os vários níveis de ensino e congrega esforços em todas as áreas disciplinares, é o de desenvolver a capacidade de pensar – o sistema de ensino promoverá, desenvolverá, apurará a capacidade de reflexão autónoma, intencional e fundamentada de cada indivíduo, acerca do mundo e seus estados, dos outros e de si mesmo, e ainda das relações entre o *eu*, o mundo e os outros.

Esta capacidade de reflectir ou de pensar passa, naturalmente, pelo uso da linguagem verbal e da língua, mesmo nessa “função interna”¹ que corresponde ao conhecimento. Isto é, o conhecimento reflectido dos indivíduos constrói-se pelo recurso aos mecanismos linguísticos, pelo uso dos materiais e das regras de combinatória de cada língua. De facto, tem sido apontada a capacidade de a língua (e *cada língua* à sua maneira) moldar o pensamento, de o balizar e enformar. O linguista Halliday refere-se a este fenómeno designando-o “construtivismo linguístico”, evocando o poder que a linguagem verbal tem para modelar a nossa consciência e fornecer a cada indivíduo a teoria que subjaz à sua interpretação e manipulação das coisas e dos seus estados. A língua não é, assim, neutra na forma como permite ao homem relacionar-se com a realidade, não a reflecte passivamente, mas cria-a activamente:

«the categories and concepts of our material existence are not ‘given’ to us prior to their expression in language. Rather, they are construed by language, at the intersection of the material with the symbolic. Grammar, in the sense of the syntax and vocabulary of a natural language, is thus a theory of human experience. It is also a principle of social action. In both these functions, or metafunctions, grammar creates the potential within which we act and enact our cultural being» (2001 (1990): 179).

Tal concepção da língua como sistema modelizante primário sublinha o relevo que os processos de aquisição de uma língua materna e do seu ensino-aprendizagem assumem no desenvolvimento pleno dos seres humanos como indivíduos e como cidadãos. Aprender uma língua materna representa, pois, «uma "forma de vida", ou seja, realizar o conhecimento de si mesmo, dos outros e das "coisas", dominar o sistema de normas, de valores e de crenças vivos na comunidade, integrar-se e intervir activamente na dinâmica das relações interindividuais» (Fonseca, J., 1992 (1987): 235).

Uma das manifestações do poder modelador da língua na definição do relacionamento do homem com o mundo natural e construído e com a sociedade em que se insere pode ser identificada na tentativa que alguns linguistas, designados *críticos*, condicionarem tal relacionamento pela análise e, sobretudo, pelas sugestões de uso da língua que desenvolvem². Esta afirmação refere-se em particular, e para o que neste texto se afigura relevante, à chamada “higiene verbal”³, ou opção pelo “politicamente correcto” em termos

¹ Cf.: Herculano de Carvalho, 1973: 29-36.

² Em artigo recente, Stibbe assinala que «what makes Critical Discourse Analysis critical is that it explicitly aims to challenge the discourses it analyses. The reason for analysing racist discourse is not because it contains particularly interesting uses of the passive voice, but in order to expose and oppose the ideology embedded within it.» (2004). Em artigo ainda mais recente, O'Halloran afirma que «CDA's explicitness about being committed in analysis of texts is understandable from a diagnostic viewpoint. (...) When critical discourse analysts look at texts to diagnose their values, ideologies, etc., it is because many of these values are problematic from a left-liberal perspective. So it would be difficult not to be politically committed in such analysis. And indeed, critical discourse analysts (e.g. Fairclough, 1996) have argued that it is impossible to analyse a text without such commitment, the intrusion of the analyst's subjectivity being a normal part of any hermeneutic procedure» (2005: 1946).

³ Cf.: Cameron, 1995.

linguísticos. Contudo, sublinhe-se, não se assumem aqui tais objectivos, assim como se recusa o relativo determinismo linguístico que poderá ser apontado àquelas posturas⁴.

2. Um objecto adequado de estudo das formas de raciocínio utilizadas pelos alunos nos processos de decisão reflectida e fundamentada pode ser a problemática ambiental, que vem crescentemente constituindo tópico de reflexão das sociedades ocidentais. Num mundo cada vez mais complexo e mais exigente das competências de cada um, a capacidade de lidar com a complexidade terá de ser desenvolvida e treinada desde o início da escolaridade, preparando os alunos para um tipo de raciocínio não monolítico nem amputado, mas “ecológico”, isto é, um raciocínio capaz de configurar as redes de relações em que cada acto se envolve, ou, na expressão de Capra (2002), investir decisivamente na “ecoliteracia”.

Para este investigador, o paradigma⁵ dominante das sociedades ocidentais incorpora a visão do universo como um todo mecânico, composto por partes autónomas e analisáveis na sua individualidade, a visão da vida em sociedade como uma permanente competição entre os indivíduos e a crença no progresso material, no crescimento económico e na inovação tecnológica sem limites. O autor critica incisivamente este paradigma, defendendo um novo modo de organização social, que designa como ‘ecológico’ ou ‘sistémico’, e que corresponderia a uma visão do mundo holística, «que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas» (Capra, 2002: 25). O sentido em que o autor usa o adjectivo ‘ecológico’ está ligado à Ecologia Profunda, que recusa a separação dos seres vivos do seu ambiente natural e que concebe cada elemento do real numa relação de rede de conexões e interdependências.

Assim, o pensamento mecanicista será atomista e reducionista, ao passo que o pensamento ecológico será holístico:

«as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e das relações entre as partes. (...) Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, essas partes não são isoladas e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes» (idem, ibidem: 40-41).

Esta última afirmação constitui a fórmula-chave do pensamento ecológico.

Capra defende que os indivíduos precisam de aprender os princípios básicos da ecologia – aquilo que designa como a “eco-alfabetização”, que reputa fundamental para a capacidade de construir comunidades humanas sustentáveis, capazes de suprir as necessidades do momento

⁴ Mesmo entre os analistas críticos do discurso, este é um assunto polémico. No artigo citado, Stibbe, por exemplo, afasta-se dos propósitos injuntivos de algumas posturas: «because words are limited, all alternatives have their limitations; plurality and awareness of limitations may be more appropriate than prescribing ‘correct’ terms» (2004). Neste aspecto, concorda com a opinião de Fill: «*Ecological language awareness is the aim, not “ecocorrectness”!*» (2002: 22). Ver ainda, porque particularmente lúcido na análise a esta problemática, Jung, 2001 (1996).

⁵ Capra define ‘paradigma social’ como «uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza» (Capra, 2002: 25).

sem pôr em risco as necessidades das gerações futuras. Assim, identifica um conjunto de princípios organizativos ou directrizes para tal construção.

O primeiro desses princípios é o de interdependência: o reconhecimento da vasta e complexa teia de relações que liga todos os membros de cada comunidade ecológica. Tal interdependência significa que o sucesso de cada membro da comunidade depende de / contribui para o sucesso do grupo como um todo. Este princípio exige a mudança do foco de percepção das partes para o todo, dos objectos para as relações, do conteúdo para o padrão (em rede). Exige o reconhecimento da existência de relações complexas, que não são simplesmente de causa-efeito directo e linear, mas em rede, com múltiplas implicações.

Outro princípio é o reconhecimento da natureza cíclica dos processos ecológicos. Isto significa que há um movimento constante e uma realimentação permanente dos ecossistemas. A esta característica cíclica opõe-se a característica linear dos sistemas produtivos das sociedades humanas.

O princípio apontado em seguida é o de flexibilidade: num ecossistema, há múltiplos laços de realimentação, o que permite uma adequada procura do equilíbrio após qualquer desvio.

Finalmente, Capra identifica ainda o princípio da diversidade, que está associada à estrutura em rede do sistema. Só um ecossistema diversificado será flexível. Nas comunidades humanas, a diversidade é uma mais-valia, capaz de se adaptar a novas situações e a novos desafios – desde que essa comunidade seja mantida por uma teia de relações sólidas entre os seus membros.

É também com esta orientação de base que Gómez-Granell (1988) lembra que é fundamental que as crianças apreendam, mais do que a descrição estática e parcial de elementos nos (eco)sistemas, os mecanismos de funcionamento e interacção desses elementos no todo que integram.

3. Alguns destes tópicos de reflexão podem ser adoptados na análise linguística de produções discursivas para crianças em idade escolar. A título meramente exemplificativo e exploratório, vejamos alguns casos concretos.

3.1. A obra *A Ilha dos Pássaros Doidos* (1994), de Clara Pinto Correia, inicia com o seguinte segmento:

«Era uma vez uma ilha, nem pequena nem grande, mais ou menos em forma de triângulo, que estava muito sossegada no meio do mar, cercada de recifes de coral. As praias dormiam calmamente ao sabor das ondas, e pelo fundo nadavam peixes de muitas cores e muitos feitios que já andavam a nadar assim desde sempre.» (pp. 11).

A construção do referente «ilha» como um ser animado, decorrente da sua adjectivação «muito sossegada», para o qual concorre o desenho de elementos da sua constituição (as praias «dormiam calmamente»), permite concebê-la como uma entidade consciente, ao nível do homem, ou, pelo menos, dos animais, o que abre possibilidades de, por exemplo, lhe serem

reconhecidos direitos, ideia (ainda?) estranha à mentalidade ocidental. Estranha mas não completamente inusitada, visto que a Ecologia Profunda advoga o reconhecimento de direitos semelhantes a todos os elementos integrantes das comunidades ecológicas (e, portanto, não somente ao Homem), e que a Teoria de Gaia concebe a Terra como um ser consciente.

Contudo, esta representação de um elemento da Natureza afectado por sentimentos humanos pode igualmente ser interpretada como manifestação de antropocentrismo, postura contrária aos princípios ecológicos perseguidos na obra. De facto, a atribuição de características humanas a elementos naturais poderá significar uma deslocação da sua esfera própria, desconstruindo o equilíbrio ecológico que os caracteriza e sugerindo que o seu eventual valor resulta da aproximação à esfera humana.

Há ainda a anotar que a construção retórica / argumentativa que subjaz a esta sequência narrativa remete para o campo dos afectos (o *pathos* da retórica clássica)⁶, pela criação de laços de empatia entre o leitor / ouvinte previsto pelo texto e os seres / objectos / estados de coisas do mundo possível evocados. Esta relação funcionará efectivamente dentro dos limites daquele mundo possível, mas a relação que se estabelece entre os ouvintes / leitores e os seres / objectos / estados de coisas do mundo empírico correspondentes poderá não usufruir daqueles laços afectivos, pelo não reconhecimento do animismo no pedaço de terra que se pisa, na areia que enche a praia, nas plantas que circundam o indivíduo em circunstâncias reais.

Desta forma, a animização dos objectos e estados de coisas pode ser vista ora como positiva, ora como negativa na construção do pensamento ecológico e da atitude compatível.

3.2. Um outro segmento da mesma obra é digno de nota:

«Os mapas do mundo ficaram completos, mas morreram muitas pessoas pelo meio. E, embora disso se fale menos, também desapareceram para sempre muitos animais e muitas plantas que para nós só existem em desenhos antigos. Foi o que aconteceu aos pássaros doidos que viviam na tal ilha.» (pp. 12).

Neste caso, verifica-se o apagamento da agência ou a sua deslocação. Ainda que, em momentos posteriores do seu discurso, o narrador identifique claramente os vários responsáveis pela extinção dos «pássaros doidos» referidos, neste segmento eles e «muitos animais e muitas plantas» desaparecem aparentemente por vontade própria ou como por magia. Em primeiro lugar, o sujeito gramatical de «desapareceram» é «muitos animais e muitas plantas», o que sugere fortemente uma causa natural ou, no mínimo, o apagamento da responsabilidade humana no acontecido: os animais e as plantas «desapareceram», simplesmente. Além disso, é unicamente desenhado o resultado de uma acção (o uso do

⁶ Christian Plantin advoga, numa das suas mais recentes publicações, que argumentação e emoção se misturam de tal modo que são indiscerníveis. Para o linguista, a emergência da problemática dos afectos no quadro da argumentação é hoje uma consequência normal da pragmatização dos paradigmas argumentativos e opõe-se a uma visão tradicional que via os afectos como «les polluants majeurs du comportement discursif rationnel» e que considerava que «le discours argumentatif valide est un discours stoïque, sans émotions» (2004: 168).

Pretérito Perfeito colabora na criação desse efeito) e não o processo que levou a tal estado de coisas – desenho que exigiria, caso fosse realizado, a identificação do agente responsável pelo desaparecimento. Por outro lado, o uso do verbo “acontecer” em «foi o que aconteceu aos pássaros doidos» constitui um poderoso artifício de apagamento da agência, que se junta ao anterior. Mais uma vez, a mão humana fica escondida.

Há ainda a assinalar, neste segmento, a ausência de qualquer referência às implicações associadas à extinção de plantas e animais – ainda que tal assunto seja abordado posteriormente.

Por último, aponte-se a avaliação que decorre da identificação dos pássaros doidos, ou «pássaros doidos»: eles só são «doidos» porque apresentam comportamentos divergentes das expectativas dos homens. Contudo, torna-se tendencialmente mais aceitável matar um “pássaro doido” do que uma “ave-do-paraíso”, mesmo um “pato-real”, ou outro animal cuja identificação se construa de acordo com dimensões semânticas positivamente conotadas. A relação que se estabelece entre os falantes e os referentes assim identificados tende a ser determinada pela sua simples designação, ainda que, naturalmente, se não advogue um determinismo linguístico extremo.

3.3. Mecanismo linguístico semelhante ao assinalado acima é identificável no excerto seguinte, de *O Crocodilo Nini* (2001), de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada:

«Naquela linda manhã estava a chegar um navio que trazia muitos animais para o jardim zoológico.
O mais engraçado era um crocodilo gorducho de escamas verdes. Como tinha nascido no rio Nilo, chamavam-lhe Nini.
Nini gostou imenso de atravessar a cidade.
E adorou o jardim zoológico.
A casa onde o instalaram era mesmo própria para crocodilos. Tinha um lago, tinha plantas enormes e sobretudo tinha esconderijos, muitos esconderijos para brincar.
Mas nem tudo correu bem porque os companheiros (...)» (2001)⁷.

Verifica-se neste caso que é o «navio» que ocupa o lugar de sujeito gramatical da primeira frase. Contudo, o «navio» não é o agente, não pode assumir responsabilidade pela acção, corresponde somente à circunstância instrumental da mesma. A substituição frequente ou sistemática do agente por um “objecto agentivo”, ou “instância de realização” (que não incorpora o sema [+controlo]), designada por Goatly (2001 (1996)) “metáfora gramatical” ou “estrutura incongruente”, poderá estar ao serviço da ocultação da responsabilidade humana nas acções. Tal responsabilidade é ainda apagada pelo emprego da terceira pessoa do plural verbal identificada em «A casa onde o instalaram», funcionando como estrutura impessoal, uma vez que não refere nenhum agente especificado no co-texto.

Assinale-se a existência de marcas da construção de um cenário claramente eufórico: a referência a uma «linda manhã»; a avaliação como «o mais engraçado [de todos os animais transportados]» recaindo sobre o crocodilo; o nome simpático que lhe é atribuído; o seu prazer

⁷ As páginas da obra não se encontram numeradas.

em atravessar a cidade; o facto de ter “adorado” o jardim zoológico; a descrição da «casa onde o instalaram», marcada pela enumeração e pelo intensificador «mesmo», recaindo sobre a sua adequação às necessidades do animal; o implícito activado de que tudo “corria bem” – salvo a atitude dos companheiros (mesmo neste caso, a responsabilidade pelo menos agradável não é humana, mas de outros animais da mesma espécie). Todos estes recursos se orientam para a descrição de um estado de coisas natural e aprazível, branqueando o facto de um animal selvagem ter sido capturado, transportado e, a partir de agora, ser mantido em cativeiro, previsivelmente pelo resto da sua vida.

Este texto foi inserido num manual de Língua Portuguesa do 1º Ciclo do Ensino Básico (A. Gonçalves *et. al.*, 2002), com adaptações significativas (ainda que os autores do manual o não assinalem). As adaptações, criticáveis do ponto de vista da criação literária, dão a ver algumas especificidades do pensamento que lhes subjaz. O resultado é o seguinte:

«No Jardim Zoológico vivia um crocodilo gorducho, com uma grande bocarra e muitas escamas verdes. Tinha chegado há pouco do rio Nilo e andava tristíssimo, porque os outros crocodilos eram muito preguiçosos.» (pp. 156).

Neste caso, parece ser mais visível que todo o processo que envolveu a transposição do crocodilo do seu *habitat* no Nilo para o jardim zoológico é apagado pelo resultado da acção, assim como é branqueada a responsabilidade humana no estado de coisas actual. Em «[o crocodilo] tinha chegado há pouco do rio Nilo», o nome do animal ocupa o lugar gramatical de sujeito, facto que, complementado pela ausência de identificação do efectivo agente, sugere a sua responsabilidade na concretização do estado de coisas.

A opção por um verbo de estado em «No Jardim Zoológico vivia um crocodilo» colabora no apagamento do processo que resultou em tal estado, sendo assim um contributo adicional para o apagamento da responsabilidade humana no detalhe de realidade configurado.

Acresce a visão claramente antropocêntrica na sua descrição física (onde pontua o nome de conotações pouco eufóricas «bocarra») e na da sua atitude geral, assim como na dos outros crocodilos: estes seriam «muito preguiçosos» e, por isso, o primeiro andaria «tristíssimo». O recurso ao animismo e a avaliação disfórica dos crocodilos tende a recusar a visão dos animais como de facto são, procurando no seu comportamento justificações humanas – o que só poderá conduzir a avaliações negativas.

3.3. Finalmente, o breve texto «Salvemos o planeta» (que, por tal brevidade, se transcreve na íntegra), igualmente presente no manual *Língua Portuguesa, 4º ano*, de A. Gonçalves *et. al.* (2002), sem identificação de autoria, suscita vários comentários.

«Protecção ambiental

Salvemos o planeta

A desflorestação, isto é, a destruição de florestas, tem por objectivo conseguir terrenos para a agricultura, mas origina o aumento da área dos desertos.

Este problema é preocupante, pois reduz a quantidade de oxigénio e põe em risco a vida de grande parte dos seres vivos que vivem nas árvores. Os incêndios também provocam a desflorestação.» (pp. 158).

O texto abre possibilidades de construção de uma visão tendencialmente holística, pela identificação de virtualidades e inconvenientes da desflorestação, mas fica aquém do desejável no desenho de uma causalidade circular e de reflexividade ou de estrutura do real em rede de interrelações, em parte devido à opção pela identificação de um resultado, em vez de um processo. De facto, na actualidade, a «desflorestação» é essencialmente resultado de uma acção humana – e é o homem que «tem por objectivo conseguir terrenos para a agricultura», assim como é o homem que «origina o aumento da área dos desertos», e não a desflorestação. Da mesma forma, não são os incêndios os responsáveis por esta, como sugere o uso daquele nome em posição de sujeito na última frase do texto, mas os homens que os causam, pelo que aqueles são já, em si, resultado de processos complexos.

Cruzam-se neste texto mecanismos de apagamento de agente com a evocação preferencial de resultados, em detrimento de processos, o que é contrário aos objectivos de promoção da ecoliteracia, ou “eco-alfabetização”.

4. Os pontuais exemplos evocados mostram que as opções discursivas ao nível local (ou micro-textual) assinaladas têm a capacidade contribuir, de forma discreta mas operante, na construção do sentido, para a definição de mundos possíveis mais ou menos ecológicos, pela edificação de estados de coisas compatíveis com visões do mundo tendencialmente holísticas ou tendencialmente restritivas. Naturalmente, a atenção dedicada neste texto aos recursos micro-textuais em nada contraria o reconhecimento do relevo que os processos macro-textuais assumem na construção do sentido dos textos / discursos. Mas sublinha-se que o sentido global das produções verbais decorre necessariamente de opções que são feitas ao nível local, das quais resultam dimensões implícitas ou menos visíveis da leitura-interpretação, e que só uma análise atenta da materialidade linguística as pode identificar e descrever adequadamente.

A reflexão sobre estas virtualidades do sistema linguístico e do seu uso e o concomitante aumento da consciência linguística podem colaborar na criação de leitores crescentemente eco-alfabetizados, capazes de um raciocínio não amputado, condição primordial para a construção de uma sociedade mais livre e consciente e, portanto, necessariamente mais sustentável.

Referências bibliográficas

Bibliografia activa

CORREIA, C. P. (1994) *A Ilha dos Pássaros Doidos*, Lisboa: Relógio d'Água / Biblionef (ilustrações de Susana Oliveira)

MAGALHÃES, A. M. & ALÇADA, I. (2001) *O Crocodilo Nini*, Lisboa: Caminho (ilustrações de Nuno Feijão)

GONÇALVES, A. et. al. (2002) *Língua Portuguesa*, 4º ano, Carnaxide: Constância Editores, S. A.

Bibliografia passiva

CAMERON, D. (1995) *Verbal hygiene*, London: Routledge

CAPRA, F. (2002) *A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*, São Paulo: Cultrix (1ª ed., em Inglês, 1996)

FILL, A. (2002) «Tensional Arches: Language and Ecology», in A. Fill; H. Penz; W. Trampe (eds.) *Colourful Green Ideas. Papers from the Conference '30 years of language and ecology' (Graz, 2000) and the Symposium 'Sprach und Ökologie' (Passau, 2001)*, Bern / Berlin / Bruxelles / Frankfurt am Main / New York / Oxford / Wien: Peter Lang, pp. 15-27

FONSECA, J. (1992 (1987)) «Ensino da língua materna como pedagogia dos discursos», in J. Fonseca (1992) *Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Nice: Universidade de Nice, pp. 235-248

GOATLY, A. (2001 (1996)): «Green Grammar and Grammatical Metaphor, or Language and Myth of Power, or Metaphors We Die By», in A. Fill; P. Mühlhäusler (eds.) *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*, London / New York: Continuum, pp. 203-225

GÓMEZ-GRANELL, C. (1988) «Interacción y Educación Ambiental: Representaciones Infantiles», in M. MORENO et al. (eds.) *Ciencia Aprendizaje y Comunicación*, Barcelona: Laia, pp. 53-76

HALLIDAY, M. A. K. (2001 (1990)) «New Ways of Meaning: The Challenge to Applied Linguistics» in A. Fill; P. Mühlhäusler (eds.) *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*, London / New York: Continuum, pp. 175-202

HERCULANO DE CARVALHO, J. (1973) *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas*, tomo I, Coimbra: Atlântida Dd.

JUNG, M. (2001 (1996)) «Ecological Criticism of Language» in A. Fill; P. Mühlhäusler (eds.) *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*, London / New York: Continuum, pp. 270-285

O'HALLORAN, K. A. (2005) «Mystification and social agent absences: a critical discourse analysis using evolutionary psychology», *Journal of Pragmatics* 37, pp. 1945-1964

PLANTIN. Crh. (2004): «Ad passiones. Affects et logique dans l'argumentation», in M. A. Marques et al. (orgs.): *Práticas de Investigação em Análise Linguística do Discurso. Actas do II Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos – Universidade do Minho, pp. 163-179

STIBBE, A. (2004) «Moving away from ecological 'political correctness'...», *Language & Ecology Online Journal*, <http://www.ecoling.net/journal.html> (consultado em 26/10/2005)